

## A PRODUÇÃO DE CARNES: IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL NO OESTE CATARINENSE<sup>1</sup>

Fabiane Ripplinger<sup>2</sup>

### RESUMO

Tendo em vista as transformações no Oeste Catarinense desde o início do processo de colonização e da venda de lotes a famílias de origem europeia, foram vários os impactos para a população que já residia nesta região. Apesar desta área já estar ocupada por indígenas e caboclos, estes não condiziam com os interesses do governo e da elite. Os colonos europeus e descendentes destes foram comprando e ocupando porções territoriais significativas, porém distribuídas em pequenas propriedades, onde a mão de obra familiar era significativa, bem como os cultivos e criações de animais destinavam-se para o consumo próprio. Com o passar do tempo, pequenos comércios e armazéns surgiram, assim como o comércio de animais vivos e de banha de porco. É neste cenário que surgem os primeiros frigoríficos, que algumas décadas depois viriam a se tornar grandes corporações do setor de carne e consequentemente modificar o território, a economia, as identidades e a cultura regional. Na atualidade, podemos perceber as formas como estas agroindústrias de carne possuem grande poder e dele fazem uso para garantir que seus interesses sejam alcançados, mesmo que isto possa prejudicar populações mais vulneráveis, como os agricultores familiares. Para além das ações destes grandes empreendimentos, neste trabalho serão abordados alguns eventos que foram significativos para impactar e/ou transformar o meio rural do Oeste de Santa Catarina, como a Covid-19, recorrentes estiagens, crise no abastecimento de grãos, greves/paralisações, entre outros.

**Palavras-chave:** Produção de carnes, Agroindústrias, Vulnerabilidades, Oeste Catarinense.

### ABSTRACT

Considering transformations in the West of Santa Catarina since the early colonization process and the selling of land plots to European families, there were plenty of impacts to the population that resided in this region. Despite the area having been first occupied by indigenous people, they were not consistent with government and elite's interests. The European settlers and their descendants bought and occupied significant territory portions, although distributed in small properties, where family labor was significant, as well as farming and raising of animals destined to personal consumption. As time went by, small business and warehouses came along, as well as the selling of livestock and lard. It is in this context that the first slaughterhouses came up, which a few decades later would become great corporations in the sector of meat and consequently modify the regional territory, economy, identity and culture. Nowadays, we can perceive the ways that these meat agrobusinesses have great power and use it to secure that their interests are achieved, even if it can harm vulnerable communities, such as family farmers. Beyond the actions of these great enterprises, this work approaches some events that were meaningful in impacting and/or transforming the rural environment of the West of Santa Catarina, such as Covid-19, recurring droughts, crisis in grain supply, strikes/shutdowns, among others.

**Keywords:** Meat production; Agrobusiness; vulnerabilities; West of Santa Catarina.

<sup>1</sup> Este trabalho possui financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da concessão de bolsa de doutorado.

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, [fabianeripplinger2@gmail.com](mailto:fabianeripplinger2@gmail.com);

## **INTRODUÇÃO**

O Oeste Catarinense inicialmente ocupado por indígenas Kaingang e Guarani e por caboclos, que viram seu local de moradia, de trabalho e de vivência em comunidade ser transformado drasticamente. Isto ocorreu com a venda de lotes de terras pelas companhias colonizadoras à colonos de origem europeia, principalmente alemães e italianos, que já se encontravam em colônias no Rio Grande do Sul, porém com a pouca disponibilidade de área contínuas e o preço mais alto, buscaram novos locais para desenvolver suas atividades e sua vida. Na concepção do governo estadual e de alguns políticos, empresários e outras pessoas influentes, o território deveria ser ocupado por pessoas trabalhadoras, sendo isto remetido aos colonos europeus, assegurando assim que os desejos da classe dominante fossem colocados em prática (MOMBELLI, 2016).

Com a instalação destes grupos de colonos, logo iniciou-se alterações territoriais, econômicas, religiosas, culturais e ambientais. Foram diversos os conflitos que se instalaram, visto que a forma de ver o mundo e o trabalho, eram muito diferentes e por vezes contrárias. Os impactos ambientais foram grandes, especialmente com a venda de madeira para a Argentina, bem como com a derrubada de árvores para abrir espaço para plantações e outras instalações das propriedades, como instalações para criação de porcos e vacas.

Estes colonos desenvolviam suas atividades em pequenas propriedades e com o passar do tempo, assim como com a instalação dos primeiros moinhos, armazéns de secos e molhados, comércio de animais vivos e pequenos frigoríficos (que serviram de base para grandes corporações do setor de carnes que tiveram origem nesta região) foi-se alterando a economia regional (PERTILE, 2008). Vale ressaltar que nesta região constituiu-se um dos maiores circuitos espaciais produtivos de carne da América Latina conforme destaca Pertile (2008).

Este evento, foi um dos mais impactantes para a transformação regional, tanto rural como urbana. Para Milton Santos (2006) os eventos podem ser entendidos como ações do presente e únicos, ou seja, não se repetem e podem ser entendidos como vetores de transformações materiais e imateriais.

Neste sentido, os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história (SANTOS, 2006, p. 56).

No valor de uso e de troca, algumas contradições podem evoluir rapidamente e transformar conflitos em crises violentas (HARVEY, 2016), seja a nível local ou global, dependendo do evento e de sua intensidade. Estas contradições, de acordo com Harvey (2016), não se resolvem, logo, elas apenas se deslocam.

Neste sentido, nos últimos anos, foram diversos os eventos que afetaram e/ou ainda afetam a região de estudo, entre eles estão a crise de abastecimento de milho – Santa Catarina atualmente não consegue suprir a sua própria demanda e é necessário comprar em outros estados brasileiros ou de países vizinhos como Argentina e Paraguai -, estiagens recorrentes e outros eventos climáticos extremos, Covid-19, vulnerabilidades em meios urbanos e rurais, entre outros (RIPPLINGER, 2021).

No capitalismo, o dinheiro tem poder expressivo, especialmente quando se requiere o trabalho social de outras pessoas e por meio dele, por vezes temos em mente que haverá a disponibilidade de alguns valores de uso e de troca (HARVEY, 2016). Relacionando isto com a temática deste trabalho, podemos encontrar alguns pontos importantes. Um produtor rural na atualidade pode ter diversos equipamentos modernos em sua propriedade, bem como dispor da melhor assistência técnica e de insumos (como o milho), mas desde que se pague um valor por isso. A realidade do Oeste Catarinense, em partes, vai de encontro com isso.

As agroindústrias de carne instaladas na região possuem um certo domínio sob os produtores rurais, visto que estes estão “amarrados” a essas empresas por meio do processo de integração. Estas grandes empresas constantemente pressionam os produtores rurais a investirem em melhorias estruturais e de equipamentos em suas propriedades, especialmente no setor avícola, onde caso não sejam realizadas as alterações, podem sofrer punições que afetam diretamente a sua fonte de renda. Logo, estes produtores recorrem a sucessivos empréstimos para conseguirem se manter como integrados. As cooperativas de créditos, bancos e as corporações agroindustriais são os que mais se beneficiam e lucram, enquanto os produtores rurais encontram-se cada vez mais endividados.

Assim, as agroindústrias de carne colocam em prática a “necessidade de melhorias” e de uso cada vez maior de tecnologias e equipamentos modernos aos produtores rurais, solidificando assim as amarras que os deixam cada vez mais presos a este sistema. Atualmente, até mesmo para se ter acesso aos resultados de cada lote, seja de frangos ou de suínos, os produtores não conseguem mais ter acesso facilitado, sendo necessário acessar o site ou aplicativo da empresa, efetuar seu login e somente após isso possuem acesso aos valores a serem recebidos, ao peso médio da produção e outros resultados. Fator esse que dificulta a vida de pessoas do campo que não possuem muito contato com este tipo de tecnologia/meio

comunicação/informação e que poderia ser muito mais simples - como já foi -, onde o produtor tinha acesso a essas informações diretamente com um funcionário da empresa no qual este produtor rural está integrado, como por exemplo os técnicos que acompanham todo o processo de produção.

Diante disto, vale destacar alguns números importantes. No Oeste Catarinense em 2017, haviam entorno de 17 mil pessoas trabalhando em estabelecimentos agropecuários na produção de aves, sendo que destes, um pouco mais de 12 mil eram provenientes da agricultura familiar. Bem como neste mesmo ano haviam 12.719 pessoas desenvolvendo atividades laborais na criação de suínos e destes 7.870 trabalhadores eram agricultores familiares (IBGE, 2019). Desta breve forma, destaca-se a grande presença e importância da agricultura familiar na região de estudo.

Partindo desta curta introdução, justifica-se a pesquisa tendo em vista que este tema é de grande importância, pois é necessário conhecer a realidade de todos os envolvidos no processo produtivo de carnes para que assim possam ser identificadas as fragilidades e potencialidades, conseqüentemente propor alternativas para que hajam melhorias que atendam às necessidades especialmente das famílias mais desfavorecidas economicamente. Com isso, objetiva-se analisar como a produção de carnes por meio de agroindústrias e cooperativas no Oeste Catarinense ocasionou transformações no meio rural, bem como verificar como alguns eventos impactaram e/ou ainda impactam no meio rural e urbano da referida região.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho possui principalmente base qualitativa, teórica e exploratória. Para a elaboração do mesmo visando as discussões teóricas e qualitativas, recorreu-se a leitura de artigos, livros, dissertações, teses e outros trabalhos acerca da agricultura familiar, contradições do capitalismo, uso do território, impactos de alguns eventos como a Covid-19, estiagens, greves, entre outros que contribuam significativamente para alcançar os objetivos propostos.

Entre os principais autores utilizados estão David Harvey, Milton Santos e Noeli Pertile. Além disso, utilizou-se de alguns dados quantitativos dispostos na base Sidra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para situar os leitores acerca da grande presença de agricultores familiares no Oeste Catarinense que desenvolvem atividades laborais no campo relacionados ao setor de carnes por meio da engorda de aves e suínos.

Ademais, salienta-se que este artigo é fruto do trabalho final da disciplina “Uso do território, economia e produção” cursada no doutorado na Universidade Federal de Uberlândia

que tinha por objetivo unir os temas tratados durante todo o semestre (livro base “17 contradições e o fim do capitalismo” de David Harvey) e o tema de pesquisa da tese, sendo feito alguns ajustes temáticos para conseguir contemplar ambos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, conforme Santos (2006) destaca, a informação é o principal “motor” da divisão do trabalho. Entende-se que informação é poder e quem o possui consegue controlar até certo ponto por exemplo os seus trabalhadores, as demandas do mercado, a opinião pública, entre outros. Assim Harvey (2016) aponta a intencionalidade que empresas capitalistas tem em controlar os seus funcionários por meio das informações que chegam a eles, bem como o acesso ao conhecimento.

Para estas empresas, somente interessa que o empregado saiba realizar as funções do seu setor, sem questionar ou ter pensamento crítico a respeito da jornada de trabalho, das condições físicas e mentais em que eles são submetidos, aos horários de descanso, a periculosidade do labor, entre outros fatores. Neste sentido, “as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse” (SANTOS, 2006, p. 88).

Ademais, por meio da globalização e do crescimento da lógica competitiva, ocasionou-se uma estimulação da racionalidade nos mais diversos aspectos das atividades produtivas especializadas (SANTOS, 2006). Com isso, observa-se que a

participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. [...] Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia (SANTOS, 2006, p. 206-207).

Estas transformações nos modos produtivos são percebidos de modo cada vez mais intenso no meio rural do Oeste Catarinense, seja por meio do uso de máquinas mais sofisticadas, melhores infraestruturas para alojamento de animais, animais selecionados geneticamente, rações balanceadas para uma rápida engorda de aves e suínos, entre outros pontos importantes.

Santos (2006) salienta que antigamente somente grandes centros urbanos possuíam o domínio da técnica, porém atualmente o meio rural também o dispõe. Além disso, na demanda por maior precisão, o campo acaba por imitar a indústria, buscando “correr contra o tempo” e produzir determinado produto ou engordar animais cada vez mais rápido. Logo, percebe-se que

Essa técnica, bem como o capital tecnológico “busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social” (SANTOS, 2006, p. 207).

Vale destacar também algumas informações sobre o surgimento da produção industrial de animais no Brasil, como apontado por Silva acerca da produção de aves. Neste sentido, Silva (2020, p. 442) salienta que a “origem da avicultura industrial no Brasil está ligada à presença de pequenos capitalistas empreendedores, a maior parte de origem imigrante europeia, ligados à atividades urbanas das zonas de colonização de povoamento baseadas no trabalho livre familiar”, sendo isto praticado em algumas regiões e municípios específicos no estado de Santa Catarina.

Ainda, Espíndola (1996) aponta que a concepção de trabalho fomentada por imigrantes europeus foi o que ocasionou o desenvolvimento agroindustrial do setor de carnes no Oeste Catarinense, inicialmente formado pela venda de excedentes e posteriormente começou-se a produzir com a intencionalidade da venda destes animais para além dos excedentes, tanto na produção avícola como suinícola, assim como os produtores rurais uniram-se para reduzir custos (SILVA, 2020). Esta forma produtiva estava alinhada aos interesses dos agentes hegemônicos e representantes do governo estadual (PERTILE, 2008).

Porém, Silva (2020) nos traz grandes questionamentos acerca desta concepção de desenvolvimento produtivo ocorrido no Oeste Catarinense.

Este conjunto de explicações é problemático porque acaba por entender a industrialização avícola como decorrência *quasi* natural e, por isso, pressuposta, da colonização de povoamento, que trouxe consigo sujeitos modernizadores *por excelência*, sob o lema do “Capital se faz em casa”. Essa forma de interpretação esvazia o sentido crítico do conceito de industrialização, ao dirimir a tensão e as particularidades da relação entre capital e trabalho ao longo do processo de modernização, principalmente no momento da formação do capital, dito industrial. Se a indústria avícola, vista de hoje, aparece como uma decorrência natural do empreendedorismo europeu radicado em zonas de prosperidade moral e econômica, isso é apenas uma consequência do apagamento histórico que a própria forma da mercadoria opera (SILVA, 2020, p. 442).

Com o passar do tempo foram surgindo monopólios produtivos de carne (SILVA, 2020), sendo que um destes foi responsável pelo surgimento da atual Brasil Foods, que na época era chamada de Sadia (Sociedade Anônima Indústria e Comércio Concórdia) fundada em Concórdia no Oeste Catarinense na década de 1940 (RIPPLINGER, 2019). Esse monopólio “fundamentou-se na exploração do trabalho de colonos através do monopólio comercial de seus produtos” (SILVA, 2020, p. 444).

Por conseguinte, analisa-se que atualmente esta realidade ainda permanece, visto que os produtores rurais não conseguem competir com os grandes conglomerados do setor de carne presentes na região, assim como ao entrarem nesse sistema por meio do processo de integração às agroindústrias e cooperativas de carne, logo estão endividados e “presos” em um ciclo vicioso de constantes empréstimos com valores muito altos (MOTTER, 2020; RIPPLINGER, 2021).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PRODUÇÃO DE CARNES NO OESTE CATARINENSE E AS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL**

Um período importante que pode ser entendido como um evento é a Revolução Verde e a influencia que ela teve, incentivando o uso crescente de implementos agrícolas cada vez mais modernos e tecnológicos, sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos e outros. Este evento ocasionou grandes alterações nos padrões de produção no meio rural catarinense. Antes a produção rural era mais voltada para atender as demandas das próprias famílias com grande variedade e comercializava-se os excedentes, atualmente passa a focar em poucas atividades ligadas aos animais/plantações para produzir em maior quantidade e vender a maior parte da sua produção.

Outro fator observado diz respeito às cooperativas presentes no Oeste de Santa Catarina, que não possuem mais a mesma relação de cooperativismo que possuíam a algumas décadas atrás. Atualmente, muitas cooperativas de carne, grãos e de crédito possuem ligação com as agroindústrias de carnes. Estas cooperativas passaram a atuar como empresas que visam mais o próprio lucro do que realmente atender aos princípios cooperativistas e consequentemente repartir os ganhos com os seus cooperados (RIPPLINGER, 2021).

Ademais, algumas das agroindústrias e cooperativas de carne que possuem renome nacional e até internacional tiveram início no Oeste Catarinense, como é o caso da BRF (fruto da junção da Perdigão com a Sadia) (RIPPLINGER, 2019), além da Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora Coop). Ainda, apesar das propriedades dos agricultores familiares serem privadas, as grandes corporações/agroindústrias conseguem lucrar muito sobre as atividades desenvolvidas por estes produtores rurais e também exercem um certo domínio sobre a produção desenvolvida nas propriedades dos seus integrados.

Tendo-se em vista que os produtores rurais não conseguem beneficiar/agregar um valor extra ao seu produto (frangos e suínos principalmente), bem como não possuem muitas outras opções de venda da produção caso deixassem de ser integrados às cooperativas e agroindústrias

de carnes. Sendo assim obrigados a aceitar o valor pago por estas empresas, valor este que por vezes não é o justo e que não traz grandes lucros ao produtor, visto todos os descontos ao final do período de produção - gastos com energia, água, alimentação, suplementos/remédios caso necessário, máquinas, concertos/pequenos reparos, parcela dos financiamentos, entre outros -, vão consumindo grande parte do rendimento, enquanto as agroindústrias que abatem e agregam valor, acabam lucrando muito.

Assim, seguindo os ditames do capitalismo, estas empresas/grandes corporações agroindustriais buscam o aumento da produtividade, bem como tentam beneficiar-se por meio dos lucros e do aumento do ritmo em suas unidades, tornando-se desta forma, ainda mais rentável e lucrativa a sua produção, mesmo que isso prejudique a saúde de seus colaboradores.

Consequentemente, vemos situações conflitantes entre as condições mínimas de sustento e sobrevivência e as questões de saúde relacionadas ao trabalho no meio urbano e no rural, conforme indicado por Marcatti (2014, p. 52) “se, por um lado, o trabalho pode garantir sua vida, por outro, contraditoriamente, também pode causar doenças, diminuindo sua capacidade vital e, até mesmo, provocando sua morte”. Sendo isto muito presente na rotina das unidades de abate de animais, onde exerce-se movimentos repetitivos, os trabalhadores ficam expostos ao frio, a odores fortes, poucos momentos de descanso durante a jornada de trabalho, entre outros pontos importantes. Deste modo, é interessante destacar uma passagem de David Harvey acerca das jornadas de trabalho e da reprodução do capital:

Antigamente era possível dizer que o capital não se importava com as necessidades do trabalhador, deixando à iniciativa e ao engenho dos trabalhadores o encargo de se reproduzirem biológica, psicológica e culturalmente com a ninharia de salário que recebiam do capital. A maioria dos trabalhadores cedeu porque não tinha opção. [...] Mas está claro que se os trabalhadores não se reproduzem, ou morrem prematuramente por excesso de trabalho nas minas e nas fábricas (ou cometem suicídio por estafa, como vem acontecendo nas fábricas chinesas), e se o fácil acesso do capital ao trabalho excedente é impedido de alguma forma, o capital não pode se reproduzir. Marx reconheceu esse perigo quando viu nitidamente que era preciso impor limites às jornadas exorbitantes de trabalho e ao ritmo criminoso de exploração, e que a legislação do Estado era tão importante para proteger a reprodução do capital quanto a vida dos trabalhadores (HARVEY, 2016, p. 188).

Situações de jornadas de trabalho muito exaustivas (a curto prazo) e/ou com grande desgaste físico a longo prazo ainda são comuns em algumas atividades laborais. A rotina laboral em unidades frigoríficas, bem como nas atividades desenvolvidas no meio rural são desgastantes, porém percebe-se alguns avanços na tentativa de minimização de problemas que possam surgir em decorrência dessas atividades. Os avanços na legislação trabalhista nas últimas décadas trouxeram benefícios aos trabalhadores, mas ainda é necessário que hajam

constantemente, lutas para a manutenção desses direitos, visto que o capital e seus representantes buscam somente o que lhes tragam vantagens e não necessariamente que possibilite algum conforto ou melhores condições de trabalho aos seus funcionários.

Ademais, a divisão do trabalho e seu aumento gradual é capaz de dar abertura para a instalação de algumas vulnerabilidades, nas quais “pequenas perturbações numa cadeia de suprimentos podem ter grandes consequências” (HARVEY, 2016, p. 133). Essa situação pode ser observada em greves dos mais diversos setores/ramos, como por exemplo de caminhoneiros, bem como em situações específicas como a suspensão de contratos em uma ou mais unidades de determinada empresa conforme o ocorrido em Chapecó-SC entre 2018 e com a finalização desta situação no início de 2019 na Brasil Foods (BRF) (RIPPLINGER, 2019). Assim como, em situações mais recentes como a Covid-19 e as constantes condições climáticas desfavoráveis no Oeste Catarinense que prejudicam alguns cultivares, como do milho - sendo este um dos principais componentes da ração necessária para suprir as demandas de suínos e aves produzidos em todo o estado - lembrando que Santa Catarina enfrenta uma crescente crise de abastecimento de milho nos últimos anos.

Nos últimos anos, o Oeste Catarinense assim como algumas regiões de estados vizinhos vem enfrentando recorrentes estiagens, que afetam significativamente a produção de grãos, como no caso da soja e do milho e conseqüentemente encarecem os grãos, afetando assim o preço final da carne. Outros eventos climáticos também prejudicam a produção não somente de grãos, mas de instalações, empreendimentos, moradias rurais e urbanas, como por exemplo tornados, microexplosões, granizo e enchentes, sendo estes menos comuns mas que geram preocupação e grandes prejuízos. Entende-se que estes eventos impactam de formas diferentes a população do campo e das áreas urbanas. A população urbana sofre, porém os agricultores familiares, bem como populações tradicionais que ocupam o campo e que vem sofrendo com o forte avanço do capital e de seus “tentáculos” a alguns anos sofrem ainda mais.

Observando os escritos de Harvey (2016) na contradição 12, este fala sobre a migração ou ameaça de migração do capital para outros lugares que ofereçam maiores vantagens, disponibilidade de insumos mais baratos – como poderia se encaixar o caso da produção de milho e carnes - e quantidades de mão de obra reserva, fatores estes que promovem nos trabalhadores locais uma certa aceitação das condições atuais de trabalho, mesmo que não estas sejam tão boas, para assim tentar não perder a sua fonte de renda. Ao mesmo tempo que se ataca os trabalhadores urbanos e rurais, afeta-se algumas instituições como sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores urbanos/rurais e dos produtores rurais.

No período de suspensão de contratos comentado anteriormente acerca da situação da unidade de abate e processamento de carnes da BRF-Chapecó, o sindicato (Sitracarnes) teve um papel importante para amenizar uma possível demissão em massa de trabalhadores, além de garantir parte dos salários a ser pagos mensalmente e cursos diversos que fossem bons não somente para a empresa (como a BRF tentou inicialmente), mas que trouxessem conhecimento aos trabalhadores para além das suas rotinas de trabalho (RIPPLINGER, 2019).

Conforme Marcatti (2014) com base em Heck e Carvalhal (2010) “o trabalho repetitivo do frigorífico combina-se com “novas” formas intensificadas pela reestruturação produtiva para “captura” da subjetividade operária” (MARCATTI, 2014, p. 53) como por meio de gratificações pela assiduidade no trabalho e por palestras que sejam a favor dos interesses da empresa a fim de capturar e moldar o pensamento dos trabalhadores a seu favor e que os afaste das lutas de classe e sindicais, bem como o torne menos questionador e o motive para continuar aceitando as condições impostas pela empresa.

Nesse sentido, a tentativa de controle dos trabalhadores na visão dos empregadores é justamente de que “os trabalhadores precisam saber apenas o necessário para obedecer às instruções e cumprir suas funções dentro de uma divisão do trabalho por ele criada” (HARVEY, 2016, p. 135). Tendo isso em vista, “é essencial que haja controle ideológico sobre o fluxo de conhecimento e informação, além do ensino de ideias corretas que apoiem o capital e seus requisitos de reprodução” (Ibid, p. 136).

Ademais, para o capital, o trabalhador poderia ser reduzido a um “gorila treinado” conforme indicado por Harvey (2016) na contradição 8, onde também o trabalho humano poderia ser trocado por máquinas, visto que esses não adoecem, não reclamam, não buscam seus direitos, nem mesmo realizam greves ou faltam ao trabalho. Com o avanço da globalização e de políticas neoliberais, o trabalho humano vem sendo atingido de diversas formas, seja através da redução de vagas de emprego bem como pela precarização em determinados postos de trabalho - reflexo este da flexibilização da legislação trabalhista (OLIVEIRA, 2012).

Também se observa que a crescente divisão do trabalho no atual sistema visa especificamente aumentar a lucratividade e as vantagens competitivas a determinados agentes e não tem como objetivo fundamental proporcionar condições de trabalho bem como de vida melhores aos trabalhadores envolvidos nas mais diversas atividades produtivas que geram estes ganhos elevados a um determinado e seletivo grupo de pessoas e empresas.

Harvey aponta de forma muito expressiva este ponto na contradição 9. “Se há melhorias na qualidade de vida e no trabalho, como claramente há, trata-se de um efeito colateral ou uma consequência das demandas e pressões políticas das populações descontentes e revoltadas”

(HARVEY, 2016, p. 122). Além disso, ainda aponta que essas melhorias não passam de coincidências e de que ocorrem alguns “efeitos colaterais” muito importantes como em questões ambientais que merecem atenção. Ou seja, o capital buscou por meio da reconfiguração da divisão do trabalho presente na atualidade alcançar mais facilmente os seus objetivos (HARVEY, 2016).

Ainda Harvey (2016) salienta que questões étnicas, gênero, religiosas e raciais são muito presentes na forma como os trabalhadores são tratados, pagos e na forma como possuem acesso a determinados cargos/vagas e a outros não. Deste modo, “trabalhos considerados sujos e degradantes, por exemplo, são mal pagos e destinados aos imigrantes mais vulneráveis e desamparados” (HARVEY, 2016, p. 125), situação esta frequentemente observada no Oeste Catarinense, onde muitos destes imigrantes trabalham em situação informal por meio de “bicos” em trabalhos que exigem muito esforço físico ou em frigoríficos, nos setores que possuem as atividades mais desgastantes.

Com isso, surgem conflitos entre moradores da região – especialmente urbanos - e os imigrantes por meio de alguns discursos – promovidos por capitalistas e pela mídia para fragmentar o mercado de trabalho e controlar a organização popular - como: “eles vieram roubar nossos empregos”, porém muitas das vagas ocupadas por estes imigrantes são justamente em vagas que os “locais” tendem a não se submeter mais tão facilmente. Desta forma, o capital consegue “consolidar o controle social que tem sobre o trabalho” (HARVEY, 2016, p. 173) reforçando a ideia de controle das formas de trabalho, também sobre os trabalhadores e as informações/conhecimento que estes podem ter acesso sem prejudicarem os interesses e objetivos do capital.

Para com relação aos trabalhadores do meio rural, pode-se verificar alguns discursos difundidos nacionalmente entre os integrados das cooperativas e agroindústrias de carne-grãos presentes no Oeste Catarinense, como a ideia de que qualquer produtor rural ser representante e peça fundamental do agronegócio e/ou de ser um “empreendedor rural” ao invés de assumir a identidade de agricultor familiar ou camponês.

Neste sentido, até mesmo produtores rurais com pouquíssima terra para desenvolverem suas atividades incorporam os discursos do agronegócio. Muitos desses discursos são veiculados pela grande mídia, pelos representantes do agronegócio e por algumas entidades do ramo por meio de programas de televisão, rádio, jornais eletrônicos/impressos, por redes sociais, reuniões, palestras e feiras, muito comuns em cidades pequenas e algumas cidades médias.

Apesar de parte destes pequenos produtores rurais se entenderem como parte fundamental do agronegócio, estes não possuem as mesmas vantagens ou facilidades de acesso a determinadas linhas de crédito, tecnologias ou ao mercado da mesma forma que os produtores rurais/empresários com grande capital, que possuem “contatos importantes” ou maior influência o acessam.

Portanto, estes exemplos supracitados mostram o grande poder que a mídia, o capital e seus representantes por meio de alguns discursos empregados e intenções conseguem ter o controle das ideias e do pensamento dos produtores rurais familiares e dos trabalhadores do meio urbano como no caso do Oeste Catarinense, bem como conseguem manipular a disponibilidade de vagas de emprego e dos salários ofertados nos centros urbanos, como nas unidades frigoríficas desta mesma região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as empresas, como as gigantes agroindustriais BRF, JBS e outras empresas do ramo, apoiam algumas causas sociais somente quando elas podem ser utilizadas para ganho de área no mercado, que traga bons lucros e que não gere grandes desafios e “desde que crie um nicho distinto de mercado suscetível de ser explorado” (HARVEY, 2016, p. 173), como pode ser entendido no caso dos produtos vegetarianos e veganos disponíveis no mercado e que são produzidos por marcas e indústrias de grande porte e força no mercado de abate de animais e de produtos processados derivados de carnes.

Para além disso, percebe-se que para aumento nos lucros, estas empresas são capazes de buscar a diminuição dos salários dos seus funcionários ou então maximizar a produtividade destes trabalhadores. Para o capital é interessante deixar os salários baixos, lucrando sobre estes trabalhadores e que caso reivindicarem melhorias nas condições de trabalho ou de salários, se deparem com ameaças dos seus empregadores de serem trocados por pessoas que estão “realmente querendo trabalhar” – no caso por pessoas que estão no exército de reserva e que aceitam os baixos salários ofertados para poder ter o mínimo de condições de sobrevivência.

O capital e os capitalistas se aproveitam disso, visto que a “capacidade capitalista de gerir o nível salarial está na disponibilidade de um “exército industrial de reserva” formado pela mão de obra excedente” (HARVEY, 2016, p. 180). Observa-se que com a crescente modernização do campo, houve grande saída da população do campo para ir trabalhar nas áreas urbanas, como no caso de Chapecó-SC, onde são os frigoríficos os que mais atraem essa população pois não é necessária uma grande qualificação e estas empresas demandam de um

número significativo de trabalhadores a todo o momento devido à grande rotatividade – e também por questões de adoecimento dos seus trabalhadores, seja por questões psicológicas ou físicas devido aos movimentos repetitivos muito além dos níveis seguros a saúde.

Na visão destas grandes agroindústrias, é mais interessante investir em tecnologias e máquinas do que melhorar os salários dos seus funcionários, porém podemos visualizar que algumas funções em frigoríficos são executadas de melhor forma por pessoas do que por máquinas. Desta forma, é possível identificar que não são todos os setores que pode haver uma grande troca de pessoas por máquinas.

Caso optem pelo uso intensivo de tecnologias, ocasiona-se um aumento significativo no número de desempregados, o que não é muito bom para a economia, visto que se a classe trabalhadora não tem ingressos significativos de dinheiro todos os meses, logo não terá muito poder de compra, afetando assim toda a cadeia produtiva. Assim, “o capital participa tanto da produção de desemprego quanto da criação de empregos” (HARVEY, 2016, p. 180), bem como “o capital reinveste na criação de empregos apenas quando a atividade é lucrativa” (Ibid, p. 179), ou seja, antes de pensar no todo, buscam as melhores alternativas para si mesmos e para a obtenção de maiores lucros e vantagens no mercado. Ademais, é perceptível que estas alterações tecnológicas atingem significativamente os trabalhadores e aos seus interesses.

Assim sendo, para o capital é interessante que haja cada vez mais desigualdades na distribuição de renda e que ocorra um maior controle/domínio dos trabalhadores. Nesse sentido, “os trabalhadores têm de ser privados de propriedade e controle sobre seus próprios meios de produção, a fim de serem obrigados ao trabalho assalariado como meio de sobrevivência” (HARVEY, 2016, p. 178).

Portanto, entende-se que os agentes hegemônicos por meio do poder e de sua força política e econômica, contribuíram significativamente para grandes alterações e impactos na região Oeste de Santa Catarina, colocando em prática um modelo econômico e cultural de alguns grupos étnicos em detrimento de outros que já habitavam este espaço, porém que não condiziam com os anseios da classe dominante. Desta forma, moldaram o território, a economia e a sociedade de acordo com os seus interesses.

Atualmente, os agricultores familiares estão sendo afetados por diversos eventos, tanto naturais, quanto sociais, econômicos, entre outros. Estes eventos, impactam especialmente na parte econômica destes grupos, principalmente os que possuem menores condições econômicas. Como resultado, houveram grandes impactos e modificações ao território do Oeste Catarinense, sendo as populações tradicionais as mais afetadas inicialmente e atualmente

também pode-se incluir os agricultores familiares integrados as agroindústrias e cooperativas de carne e grãos, que sofrem com as amarras do “agro” e da globalização.

## REFERÊNCIAS

- ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso Sadia**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. 306 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76988>. Acesso em: 02 out. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 6887 - Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado e Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, por tipologia, tipo de pessoal ocupado e grupos e classes de atividade**. Censo Agropecuário. 2019b. SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6887>. Acesso em: 10 out. 2023.
- HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. 1 ed. São Paulo: **Boitempo**, 2016.
- MARCATTI, Amanda Aparecida. **Labor da carne: o trabalho em um frigorífico de aves**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. 137 f. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9XCJXW/1/labor\\_da\\_carne.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9XCJXW/1/labor_da_carne.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.
- MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (Org.). **História da Fronteira Sul** (e-book). 1ed.: , 2016, v. , p. 271-297. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/repositorio-de-e-books/historia-da-fronteira-sul-pdf/@@download/file>. Acesso em: 15 maio 2023.
- MOTTER, Crislaine. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do Oeste Catarinense**. 2020. 235 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29981>. Acesso em: 16 out. 2021.
- OLIVEIRA, Jacson Tavares de. A precarização do trabalho no contexto da crise estrutural do capital. **Geonordeste**, Ano XXIII, n. 2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2403>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 322 f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91823/259514.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2023.
- RIPPLINGER, Fabiane. **Dinâmica locacional da indústria: estudo de caso de uma agroindústria catarinense**. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, UFFS, Chapecó, 2019. 64 f. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3139>. Acesso em: 10 mar. 2023.



RIPPLINGER, Fabiane. **Uso do território e vulnerabilidades:** Produção agroindustrial de carnes e a especialização produtiva do milho no Oeste de Santa Catarina - 2000 a 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2021. 159 f. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4444>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2006. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. O trabalho na indústria avícola brasileira: do normal-terrível aos novos riscos em meio pandemia da Covid-19. **Revista Pegada**, vol. 21, nº 2, Maio-Outubro/2020.

## AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A autora agradece pelo incentivo dado por esta instituição por meio da concessão de bolsa de doutorado.